

POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS MICRORREGIÕES DE MONTES CLAROS E UBERLÂNDIA

Gilmara Emília Teixeira¹

RESUMO

O Brasil é um país marcado por diversos tipos de desigualdades entre seus habitantes tais como: classe/renda, região, gênero, raça/etnia; submetido ao desafio histórico de combater uma herança de injustiça social, que refletiu na exclusão de parte significativa da população ao acesso a condições mínimas de vida. A pobreza pode ser investigada tanto em seu aspecto unidimensional (insuficiência de renda) quanto em seu aspecto multidimensional (privação das capacidades, ou seja, a capacidade dos indivíduos de exercer suas liberdades). A pobreza vista como ocorrência de renda baixa, é uma abordagem unidimensional, e é encarada como níveis de renda incapazes de atender as necessidades básicas. Desta forma, o conceito de pobreza utilizado neste artigo é o que a identifica como um caráter material, um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Partindo desse conceito, o objetivo deste estudo é comparar os indicadores de pobreza entre os municípios da microrregião de Montes Claros – MG e os municípios da microrregião de Uberlândia – MG, durante o período de 1991 e 2000, sob o aspecto da renda.

Palavras chave: desenvolvimento, pobreza e desigualdade de renda.

¹ * Mestranda em Desenvolvimento Social – UNIMONTES

1. Desenvolvimento e pobreza

É comum perceber nos estudos sobre a pobreza o discurso de que o desenvolvimento é o melhor caminho para a sua redução e, posteriormente, sua erradicação. A idéia de desenvolvimento surge então como uma panacéia, que solucionaria os problemas de fome e escassez da humanidade.

“The strenght of ‘development’ discourse comes of its power to seduce, in every sense of the term: to charm, to please, to fascinate, to set dreaming, but also to abuse, to tun away from the truth, to deceive.” (RIST, 1997:01)

RIST (1997) aponta para o cuidado que se deve fazer ao definir o termo desenvolvimento. Para ele, na verdade desenvolvimento é só uma palavra útil para a soma de aspirações humanas virtuosas, conclui que não existe em nenhuma parte e que provavelmente nunca existirá. No entanto, para fins metodológicos, o autor define um conceito para desenvolvimento que contempla um conjunto de práticas (econômicas, sociais, políticas e sociais), que às vezes parecem estar em conflito umas com as outras; e que exigem – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e destruição do ambiente natural e das relações sociais.

“O fato de que o desenvolvimento deixa em seu caminho, ou de alguma forma até cria, grandes áreas de pobreza, estagnação, marginalidade e uma verdadeira exclusão do processo social e econômico é demasiado evidente e demasiado urgente para ser ignorado”. (ESTEVA, 2000: 68).

Assim, a pobreza possui muitas faces e é diferenciada entre indivíduos, regiões e países. Cria fatores de risco que reduzem a expectativa e a qualidade de vida. Neste sentido, os indivíduos em situação de pobreza possuem dificuldades em obter uma alimentação adequada, sendo comuns os casos de fome e desnutrição. Possuem, em geral, moradia inapropriada, acesso precário à água tratada ou saneamento básico o que resulta em doenças e até mesmo em morte.

A definição sobre o que é pobreza não é única, sendo discutida por sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais.

DINIZ & ARRAEZ (2003) apontam que o conceito de pobreza embute um alto grau de subjetividade e escapa do âmbito da economia, uma vez que envolve variáveis de natureza cultural, histórica, social, filosófica e mesmo religiosa. Segundo esses autores, sob o prisma da economia, porém, pobreza possui um caráter material, que significa em última instância um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Sob este escopo, a questão fundamental é determinar a linha demarcatória para esse padrão mínimo que possa mensurar a pobreza. Assim, a pobreza possui uma dimensão de insuficiência de renda, que limita a capacidade de consumo.

ROCHA (2001) também considerou essa relação entre a pobreza e a insuficiência de renda. Tanto que, mesmo admitindo que a pobreza seja considerada uma “síndrome de carências adversas”, em seus estudos associou a pobreza somente à ocorrência de renda baixa, mais especificadamente a níveis de renda incapazes de atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar.

Conceitos, como os citados acima, que tratam a renda como base da mensuração da pobreza são considerados de abordagem unidimensional.

Para SEN (2000), no entanto, a pobreza deve ser considerada como privação de capacidades e não como baixo nível de renda, que é o critério comumente utilizado para identificar a pobreza. O autor deixa claro, porém, que ao se analisar a pobreza na perspectiva da privação das capacidades não se nega que a renda baixa é uma das principais causas do fenômeno e que a falta da renda pode representar uma razão básica da privação de capacidades das pessoas.

“O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins”. (SEN, 2000:112).

SEN (2000) expõe que existe um vínculo entre pobreza como inadequação de capacidades e pobreza como baixo nível de renda, sendo que a renda é um meio fundamental para obter capacidades. Com maiores capacidades, as pessoas tenderiam a ser mais produtivas e obter rendas mais elevadas. Relaciona a ausência de liberdades substantivas (ou seja, liberdade de participação política ou oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) à pobreza econômica, “que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico”. (SEN, 2000:18).

Desta forma, LAVINAS (2003) conceitua a pobreza como um estado de carência e privação que pode por em risco a própria condição humana. Portanto, define que ser pobre é ter “sua humanidade ameaçada”, seja pela não satisfação das necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços em prol da satisfação de tais necessidades.

Baseado nos estudos de Amartya Sen, LOPES (2003) destaca uma abordagem da pobreza, distinta de ROCHA (2001) e semelhante à de LAVINAS (2003), que é a da não satisfação de algumas necessidades básicas. Tal abordagem considera fundamental o acesso a alguns bens e serviços sem os quais as pessoas não usufruiriam uma vida digna. São bens imprescindíveis como: água potável, coleta de lixo, educação, acesso a transporte coletivo, que garantem aos indivíduos uma vida saudável e chances de inserção na sociedade. A característica essencial desta abordagem é a universalidade, já que estas são necessidades de todo e qualquer indivíduo. Assim, LOPES (2003) parte do conceito de uma abordagem multidimensional da pobreza que permita ao indivíduo perceber sua própria situação social.

2. Desigualdade de renda

Dentre motivos para que a desigualdade de renda seja investigada está o impacto que esta tem sobre o bem-estar dos indivíduos e sua relação direta sobre variáveis socioeconômicas tais como: taxas de poupança da economia, taxa de mortalidade infantil e extensão da pobreza.

BARROS E MENDONÇA (1995) buscando identificar os processos de geração e reprodução da desigualdade de renda desenvolveram um arcabouço teórico fazendo uma analogia entre a desigualdade de renda e a uma corrida. Esta corrida possui duas etapas: na primeira os participantes se preparam para a competição (período entre a infância e a adolescência, no qual os indivíduos acumulam capital humano) – denominada desigualdade de condições; na segunda etapa ocorre a competição, os indivíduos competem no mercado de trabalho – denominada desigualdade de resultados. Na primeira etapa os participantes contam com suas características inatas e com sua capacidade de utilizar os recursos públicos e privados para aprimorar sua preparação para a competição. Tanto os recursos públicos quanto os privados são desigualmente distribuídos, o que caracteriza a desigualdade de condições.

A desigualdade de condições tem por base o fato do processo de preparação ter ou não igualdade de oportunidade, esta é social e eticamente indesejável. A desigualdade de resultados é composta por dois fatores: o primeiro resulta das diferenças individuais em preparação e aquele que não relacionado a essas diferenças; o segundo representa a desigualdade que é gerada na competição. Assim, os autores destacam duas dimensões do processo de geração da desigualdade: o grau de desigualdade de renda (que é a desigualdade de resultados) e o grau de mobilidade de renda.

BARROS *et al* (2000) menciona em seu trabalho a tendência do Brasil nas últimas décadas a grandes desigualdades na distribuição de renda e a elevados níveis de pobreza. Conforme o autor, o Brasil é um país desigual submetido ao desafio histórico de combater uma herança de injustiça social, que se refletiu na exclusão de parte significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O mesmo autor ao se referir à estrutura da pobreza afirma que, o Brasil não é um país pobre e sim um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres e que possui grandes recursos para combater a pobreza. Relata que o extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza no Brasil. E ao se investigar a evolução do grau de desigualdade de renda no país ao longo das últimas décadas

observa-se que a desigualdade exibiu uma estabilidade. O grau de desigualdade brasileira é dos mais elevados em todo o mundo, conjugado com o fato extraordinário de um país com renda *per capita* relativamente alta manter, nos últimos 20 anos, cerca de 40% da população abaixo da linha de pobreza.

3. Metodologia

A despeito das restrições ao método unidimensional, este estudo adota o parâmetro nacional único como linha de pobreza por considerar relevante o argumento de CORRÊA (1998:62) de que “a definição da linha de pobreza como nível de renda que permite ao indivíduo ter uma vida digna apenas transfere a questão para o entendimento do que é necessário para tal nível de vida aceitável (considerando também que não há clareza sobre como definir e quantificar os bens e serviços necessários para tanto)”. Reconhece ainda que o conceito de linhas de pobreza tem componentes arbitrários, todavia isso não inviabiliza a utilização de medidas de pobreza para se comparar o grau de pobreza em diferentes períodos e regiões.

Feitas essas considerações, cumpre destacar que as medidas utilizadas para a mensuração da pobreza neste estudo são: (a) a linha de pobreza², estabelecida em R\$ 75,50 respectivamente o valor de ½ do salário mínimo vigente em meados de 2000 (época do Censo Demográfico de 2000); (b) proporção de pobres na população (H); (c) a razão de insuficiência de renda (I) que é a renda média dos pobres que estão abaixo da linha de pobreza e que permite avaliar a intensidade da pobreza; e (d) o índice de Gini (G) que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos conforme a renda. Essas medidas permitiram a construção do Índice de Pobreza de Sen³ que pode ser calculado a partir da seguinte fórmula:

$$P = H [I + (1 - I) G]$$

Para se medir a inter-relação entre a pobreza e a desigualdade de renda será utilizada a análise de agrupamento ou *cluster analysis*. A técnica de análise de *cluster* agrega os indivíduos de uma amostra conforme sua similaridade ou disparidade.

4. Indicadores de pobreza: uma comparação entre as microrregiões de Montes Claros e Uberlândia

A Microrregião de Montes Claros é formada por 22 municípios e possui uma população de aproximadamente 540 mil habitantes. Os municípios pertencentes esta microrregião são: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia. A microrregião de Uberlândia é formada por 10 municípios e possui uma população cerca de 703 mil habitantes. Os municípios que compõem esta microrregião são: Araguari, Arapoã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara e Uberlândia.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, por setores de atividade econômica, segundo Microrregiões de Montes Claros e Uberlândia – 2000 (R\$1.000,00).

Microrregião / Estado	Agropecuário (%)	Industrial (%)	Serviços (%)	PIB total
Montes Claros	8,4	46,1	45,5	2.039.443
Uberlândia	10,5	43,5	46,0	4.598.149

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

² MARTINS (1999) define linha de pobreza como o mínimo de renda necessário para a alimentação e satisfação de outras necessidades pessoais básicas.

³ O índice de Sen assume valores entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de pobreza observado.

Segundo a TAB. 1, para a microrregião de Montes Claros o PIB industrial é mais expressivo, na microrregião de Uberlândia o PIB do setor de serviços. Porém, a microrregião de Uberlândia destaca-se por possuir maiores PIBs, em termos monetários em todos os setores, se comparado à microrregião de Montes Claros.

A TAB. 2 apresenta dados sócio-econômicos para cada município componente da Microrregião de Montes Claros e Uberlândia.

Em relação aos IDHs, pode-se perceber que todos os municípios da microrregião de Montes Claros classificam-se em médio desenvolvimento humano (entre 0,50 a 0,799) com destaque para o município de Montes Claros com IDH de 0,78 maior que os demais. A microrregião de Uberlândia possui dois municípios classificados como alto desenvolvimento humano (maior que 0,80): Araguari e Uberlândia. Todos os demais municípios da microrregião de Uberlândia possuem, comparativamente, idhs maiores que todos os municípios da microrregião de Montes Claros, excetuando a cidade de Montes Claros. Pode-se afirmar assim, que segundo esse índice (IDH), a microrregião de Uberlândia é mais desenvolvida que a microrregião de Montes Claros.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índices de Gini* e de Sen por municípios da Microrregião de Montes Claros e por municípios da Microrregião de Uberlândia – 2000.**

Municípios	Índice de Des. Humano (IDH)	Índice de Gini	Índice de Sen	Municípios	Índice de Des. Humano (IDH)	Índice de Gini	Índice de Sen
Brasília de Minas	0,691	0,61	0,51	Araguari	0,82	0,11	0,55
Campo Azul	0,650	0,61	0,62	Araporã	0,78	0,15	0,56
Capitão Enéas	0,667	0,58	0,52	Canápolis	0,76	0,18	0,52
Claro dos Poções	0,685	0,52	0,43	Cascalho Rico	0,79	0,14	0,51
Coração de Jesus	0,687	0,63	0,54	Centralina	0,75	0,25	0,68
Francisco Sá	0,662	0,54	0,48	Indianópolis	0,76	0,20	0,57
Glaucilândia	0,696	0,56	0,49	Monte Alegre de Minas	0,76	0,21	0,57
Ibiracatu	0,615	0,65	0,70	Prata	0,77	0,15	0,58
Japonvar	0,618	0,60	0,66	Tupaciguara	0,78	0,23	0,60
Juramento	0,680	0,53	0,45	Uberlândia	0,83	0,09	0,56
Lontra	0,643	0,57	0,57	Microrregião de Uberlândia	0,78	0,17	0,57
Luislândia	0,634	0,52	0,56				
Mirabela	0,658	0,59	0,55				
Montes Claros	0,784	0,62	0,27				
Patis	0,605	0,60	0,64				
Ponto Chique	0,660	0,61	0,55				
São João da Lagoa	0,673	0,61	0,54				
São João da Ponte	0,626	0,58	0,57				
São João do Pacuí	0,615	0,56	0,61				
Ubái	0,651	0,65	0,65				
Varzelândia	0,631	0,63	0,62				
Verdelândia	0,602	0,57	0,67				
Microrregião de MOC	0,656	0,59	0,55				
Minas Gerais	0,77	0,62	0,23				
Brasil		0,65	0,27				

Fonte: *Atlas do desenvolvimento do Brasil (2003), ** elaboração própria com base do Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2003).

Através da análise da TAB.2 pode-se verificar, ainda, que a Microrregião de Montes Claros possui índices elevados de desigualdade acompanhados de altos índices de pobreza, exceto a cidade de Montes Claros que possui um índice de Sen baixo (0,27). Assim, na microrregião como um todo a renda é má distribuída e há uma pobreza significativa, demonstrando, desta maneira uma relação entre desigualdade de renda e pobreza. Na microrregião de Uberlândia, no entanto, essa relação entre desigualdade de renda e pobreza não se verifica, apontando assim que a pobreza elevada nessa microrregião não é explicada pela má distribuição de renda.

Tabela 3: Agrupamento dos municípios da microrregião de Montes Claros segundo índice de desigualdade e índice de pobreza – 2000.

Grupo	Municípios
<i>Cluster 1</i>	Brasília de Minas, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte.
<i>Cluster 2</i>	Campo Azul, Ibiracatu, Japonvar, Patis, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia.
<i>Cluster 3</i>	Montes Claros

Fonte: elaboração própria.

A TAB. 3 identifica três agrupamentos dos municípios que compõem a Microrregião de Montes Claros. O *cluster 1* representa os municípios que possuem uma desigualdade de renda elevada, porém uma pobreza menos intensa; o *cluster 2*, formado pelos municípios com desigualdade de renda e pobreza elevada; e, o *cluster 3*, constituído apenas por Montes Claros possui alta desigualdade de renda, porém baixa pobreza em relação aos demais municípios.

Tabela 4: Agrupamento dos municípios da microrregião de Uberlândia segundo índice de desigualdade e índice de pobreza – 2000.

Grupo	Municípios
<i>Cluster 1</i>	Araguari, Arapoã, Canápolis, Cascalho Rico, Prata e Uberlândia.
<i>Cluster 2</i>	Centralina
<i>Cluster 3</i>	Indianópolis, Monte Alegre de Minas e Tupaciguara

Fonte: elaboração própria.

A TAB. 4 aponta três agrupamentos dos municípios que compõem a Microrregião de Montes Claros. O *cluster 1* representa os municípios que possuem uma desigualdade de renda baixíssima, porém uma pobreza elevada; o *cluster 2*, é constituído apenas do município de Centralina e possui desigualdade de renda baixa e pobreza intensa (maior que 0,60); e, o *cluster 3*, é formado pelos municípios que possuem desigualdade baixa e pobreza elevada.

Considerações Finais

A pobreza cria fatores de risco que reduzem a expectativa e a qualidade de vida. Neste sentido, o mito do desenvolvimento como o remédio para todos os males, torna-se muito atraente para solucioná-la.

O estudo verificou a relação entre pobreza e desigualdade de renda. Na microrregião de Montes Claros essa relação é clara, e a pobreza é um reflexo da má distribuição de renda, o mesmo não foi constatado quanto à microrregião de Uberlândia. Esta apresenta além de melhores indicadores socioeconômicos como IDH, maior PIB e menor índice de desigualdade (Gini) se comparado à microrregião de Montes Claros. Pode-se dizer então que a intensidade da pobreza é mais aguda na microrregião de Montes Claros e reflete-se em conseqüências negativas para sua população, o que exige políticas públicas voltadas para seu combate.

Referências bibliográficas

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. IPEA, FJP e PNUD, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CORRÊA, Ângela Maria Cassavia Jorge. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.

DINIZ, Marcelo B., ARRAEZ, Ronaldo A. *Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil*. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAVINAS, Leda. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas*. Revista econômica, 2003.

LOPES, Helger Marra. *Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003.

MARTINS, Roberto Borges. In: *Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999

RIST, Gilbert. *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*. Zed Books, London and New York, 1997.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* Niterói, RJ: Revista Economia – ANPEC, vol.2, 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

www.fjp.gov.br

www.ibge.gov.br